



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

PORTARIA COREN-ES N.º 586/2023

Designa Conselheira para emissão de parecer fundamentado referente aos fatos citados no PAD n.º 2438/2018.

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Espírito Santo – Coren/ES, no uso da competência consignada no inciso XIV, do art. 15, da Lei n.º 5.905/73, e tendo em vista os incisos XIII e XXXII do art. 20 do Regimento Interno da Autarquia;

CONSIDERANDO a Decisão Coren-ES n.º 095/2022, expedida em 30/11/2022, e publicada no Diário Oficial da União em 14/02/2023;

CONSIDERANDO a denúncia apresentada pela Enfermeira D.L. por suposta atitude desrespeitosa de tratamento entre colegas de trabalho de categorias profissionais diferentes, ocorrida no Hospital Dr. Jayme dos Santos Neves, na Serra – ES;

CONSIDERANDO a análise do processo feita pela Comissão de Desagravo Público do Coren-ES, em atendimento à Resolução Cofen n.º 433/2012, fls. 115/120;

CONSIDERANDO o Despacho da Presidência n.º 3310/2023, à fl. 121, emitido em 05/12/2023;

Baixa as seguintes determinações:

Art. 1º – Designar a conselheira **Marta Priscila Dantas de Macedo, COREN-ES 488162-ENF**, para no prazo de 20 (vinte) dias emitir parecer fundamentado, conforme o art. 2º da Resolução Cofen n.º 433/2012, esclarecendo se os fatos relatados na denúncia preenchem as condições para a realização de desagravo público:

Art. 2º O processo de desagravo será instruído com prova da ofensa sofrida no exercício da profissão e será **encaminhado a um Conselheiro Regional para relatar e emitir parecer, no prazo de 20 (vinte) dias.**

§1º O Conselheiro relator poderá determinar a realização de diligências, tais como: solicitação de documentos, tomada de depoimento do ofendido, ofensor e testemunhas, suspendendo-se, neste caso, o curso do prazo previsto no caput deste artigo.

§2º Concluindo seu trabalho com parecer fundamentado pelo deferimento ou indeferimento da pretensão, encaminhará o relator o processo à



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

Presidência do Conselho para inclusão do processo na pauta da sessão plenária subsequente, determinando a prévia notificação/intimação do interessado para a sessão, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

Art. 2º - A conselheira citada no Art. 1º fará jus ao recebimento de auxílio representação, mediante comprovação do efetivo exercício da atividade, conforme Decisão Coren-ES nº 067/2022.

Art. 3º - O Parecer de Conselheiro deverá ser emitido sob o nº. 147/2023.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vitória (ES), 07 de dezembro de 2023.

Dra. Sandra Cavati Ribeiro Santos
COREN-ES 41445-ENF
Conselheira Presidente

Dr. Leonardo França Vieira
COREN-ES 223169-ENF
Conselheiro Secretário